

CULTURA, INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO

Eduardo Jose Monteiro da Costa ^a

Resumo: O artigo se propõe a organizar *à vol d'oiseau* a história do pensamento pertinente à relação entre instituições, cultura e desenvolvimento, selecionando os marcos mais relevantes. Para isto, está organizado em três partes. A primeira identifica as contribuições originais a partir de Alexis de Tocqueville, Georg Friedrich List, Escola Histórica Alemã de Economia Política (escola histórica) e Escola Institucionalista Americana (EIA). A segunda destaca o renascimento do debate nas décadas de 1970/80 que aproximou diversas áreas do conhecimento em um campo de pesquisa multidisciplinar que estabeleceu a compressão das desigualdades entre as nações como problemática central. A terceira seleciona contribuições recentes, como a de Douglass North, que exerce atualmente forte influência, as de autores que introduziram no debate o termo capital social (Pierre Bourdieu, James Coleman, Francis Fukuyama e Robert Putnam) e a de Daron Acemoglu e James Robinson. A parte derradeira é reservada para algumas conclusões acerca do estágio atual e desafios vindouros.

Palavras-chave: Cultura; Instituições; Capital social; Desenvolvimento.

Classificação JEL: B29; B52; Z1.

Abstract: The article proposes to organize *à vol d'oiseau* the history of thought concerning the relationship between institutions, culture and development, selecting the most relevant landmarks. For this, it is organized in three parts. The first identifies the original contributions from Alexis de Tocqueville, Georg Friedrich List, the German Historical School of Political Economy (historical school) and the American Institutional School (EIA). The second highlights the revival of the debate in the 1970s/80s, which brought together different areas of knowledge in a multidisciplinary field of research that established the compression of inequalities between nations as a central issue. The third selects recent contributions, such as that of Douglass North, who currently exerts a strong influence, those of authors who introduced the term social capital into the debate (Pierre Bourdieu, James Coleman, Francis Fukuyama and Robert Putnam) and that of Daron Acemoglu and James Robinson. The last part is reserved for some conclusions about the current stage and future challenges.

Keywords: Culture; Institutions; Social Capital; Development.

JEL Classification: B29; B52; Z1.

^a Professor de economia da Universidade Federal do Pará. E-mail: ejmcosta@ufpa.br

1. Introdução

Por que a espacialidade do desenvolvimento não é homogênea e ainda convivemos com a dualidade desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento? O que explica, após mais de dois séculos decorrentes do início da Revolução Industrial (segunda metade do século XVIII), presenciarmos nações prósperas, com elevado grau de nivelamento das condições de partida, baixos níveis de pobreza e desigualdade, positivos indicadores de desenvolvimento social e liberdade, bem como regimes democráticos e instituições republicanas sólidas que induzem ao florescimento dos indivíduos; e nações que permanecem com significativa parte de suas populações sobrevivendo em estágios do subdesenvolvimento, com elevados níveis de pobreza e desigualdade, baixos indicadores de desenvolvimento social e liberdade, bem como regimes democráticos frágeis, ou mesmo totalitários, que estrangulam os horizontes de possibilidades dos seus habitantes?

É possível afirmar que atualmente, mais do que em qualquer período histórico anterior, o local de nascimento é determinante sobre a qualidade de vida. Com base nesta constatação, é lícito lançar um questionamento de caráter mais geral e um conjunto de questões derivadas, inter-relacionadas e com respostas interdependentes. Em caráter geral é possível questionar o porquê das fronteiras territoriais, de natureza político-institucional, terem se tornado tão importantes para a compreensão das trajetórias das sociedades, definindo quem nasce numa sociedade que ofereça adequadas liberdades instrumentais, ou quem está condenado ao subdesenvolvimento?

A partir desta problemática é possível lançar um conjunto de questionamentos derivados. Por que Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Hong Kong, por exemplo, lograram uma trajetória diferente das demais ex-colônias europeias? Por que alguns países que não sofreram o processo de exploração colonial, como Etiópia, Libéria, Tibete, Nepal e Butão, por exemplo, estão entre as nações mais pobres do mundo? O que explica o fato de alguns países terem mudado drasticamente as suas trajetórias de pujança e prosperidade econômica, como a China no século XIV e a Argentina no início do século XX, ou do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, como a Itália, a Alemanha e o Japão no final do século XIX, e os Tigres Asiáticos (Singapura, Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul) na segunda metade do século XX? O que explica o fato de uma simples fronteira política, como a que separa a Coreia do Sul da Coreia do Norte, determinar enormes diferenças em termos de qualidade de vida de uma sociedade que por mais de um milênio foi homogênea? Esta pergunta pode ser estendida para a explicação das diferenças dentro de uma mesma ilha, como o Haiti e a República Dominicana. O que explica a existência de um enorme desnível em termos de desenvolvimento dentro de um mesmo continente? Por que dentro de um mesmo país, como nos casos do Brasil, Portugal, Itália, Alemanha e Estados Unidos, podemos observar desníveis regionais em termos de qualidade de vida, podendo estes até mesmo serem maiores do que entre países?

Foi exatamente a busca por respostas coerentes a estas questões que lançou um grupo de pesquisadores de diferentes matrizes teóricas e escolas de pensamento, de forma intermitente ao longo do tempo, a olhar para além das explicações tradicionais,¹ dando maior atenção à relação entre cultura, instituições e desenvolvimento.

Desta forma, visando colaborar para o processo de sistematização deste campo do conhecimento num movimento que se entende de ampliação desta agenda de pesquisa, este artigo se propõe a organizar *à vol d'oiseau* a história do pensamento pertinente à relação entre instituições, cultura e desenvolvimento, selecionando os marcos mais relevantes. Para isto, está organizado em três partes. A primeira identifica as contribuições originais a partir de Alexis de Tocqueville, Georg Friedrich List, Escola Histórica Alemã de Economia Política (escola histórica) e Escola Institucionalista Americana (EIA). A segunda destaca o renascimento do debate nas décadas de 1970/80 que aproximou diversas áreas do conhecimento em um campo de pesquisa multidisciplinar que estabeleceu a compressão das desigualdades entre as nações como problemática central. A terceira seleciona contribuições recentes, como a de Douglass North, que exerce atualmente forte influência, as de autores que introduziram no debate o termo capital social (Pierre Bourdieu, James Coleman, Francis Fukuyama e Robert Putnam) e a de Daron Acemoglu e James Robinson. A parte derradeira é reservada para algumas conclusões acerca do estágio atual e desafios vindouros.

2. Mapeamento das contribuições originais

Nas últimas décadas o campo de pesquisa da teoria das instituições aplicada à análise da historiografia do desenvolvimento ganhou maior envergadura. Neste processo, se destacaram as contribuições de Douglass North, Daron Acemoglu e James Robinson, em especial pela singularidade de seus aportes, acurada construção analítica e facilidade de aplicação.² Em que pese isto, não foram os primeiros a propor uma relação entre instituições, cultura e desenvolvimento. As primeiras contribuições sobre o assunto, mesmo que embrionárias, ocorreram quase dois séculos atrás com a publicação de duas obras seminais: *Democracia na América* (1835) do francês Alexis-Charles-Henri Clérel (conhecido como A. de Tocqueville) e *O Sistema Nacional de Economia Política* (1841) do alemão G. F. List. Em seguida, entra em cena a escola histórica que exerceu importante influência no surgimento da EIA e na formação do pensamento social brasileiro.

Democracia na América é até hoje considerado um marco para o estudo das relações entre democracia e sociedade civil, sobretudo no âmbito liberal porque procurou

¹ Dentre as explicações tradicionais podemos citar, apenas como exemplo, o papel do Estado, a disponibilidade de capital e o papel das indústrias e regiões motrizes e movidas, os polos de crescimento, a infraestrutura econômica e social, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (ao lado das inovações), o capital humano (nível educacional), as relações econômicas internacionais (imperialismo, termos de troca ou divisão internacional do trabalho), a geográfica (climática) ou a relativa à maldição dos recursos naturais.

² Convém mencionar também, apesar de não fazer parte deste *survey*, as análises de Geoffrey Hodgson e de Ha-Joon Chang que foram bastante importantes para a consolidação do debate contemporâneo.

demonstrar como os norte-americanos conseguiram construir instituições políticas que, ao mesmo tempo, fomentaram a liberdade e afastaram os perigos do autoritarismo do Estado (TOCQUEVILLE, 1987). Escrito com base em notas de viagem pelos Estados Unidos (entre abril de 1831 e março de 1832), Tocqueville observou atentamente o sistema político norte-americano, até então único no mundo, destacando suas múltiplas formas de associativismo civil que, em sua perspectiva, eram resultantes de instituições sociais que favoreciam o autogoverno e a liberdade política. Com base em suas observações, inferia que no futuro os Estados Unidos assumiriam a proeminência no destino mundial.

Poucos anos depois, List através de *O Sistema Nacional de Economia Política* estabeleceu um contraponto à visão liberal inglesa da economia, em especial a teoria ricardiana das vantagens comparativas, destacando a importância das instituições sociais e das condições objetivas dadas por instituições livres para o desenvolvimento da economia nos territórios germanófonos, ao lado de um claro papel para o Estado na defesa da indústria nascente (LIST, 1983).³ A importância desse estudo está justamente no fato de ter inaugurado uma agenda de pesquisa que seria enfrentada pela chamada escola histórica; e, por isso, List pode ser considerado como um proto-histórico alemão.⁴

Em síntese, as análises desenvolvidas pela escola histórica partiam do pressuposto de que as categorias econômicas detêm um caráter histórico, sendo inadequada a transposição de metodologias utilizadas nas ciências naturais para as ciências da sociedade.⁵ Haveria, assim, a necessidade de elaboração de uma metodologia específica, capaz de dar sustentabilidade à análise histórica e de identificar tendências de comportamento humano oriundas de atitudes psicológicas, compreendendo que o homem é um ser imerso em um complexo social.

³ Ha-Joon Chang, professor e pesquisador da Universidade de Cambridge, quando da publicação em 2002 do livro *Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, resgata as ideias originais de List e afirma (Chang, 2004, p. 15): “Ela também é interessante pelo grau assombroso de sofisticação na compreensão do papel da política e das instituições públicas no desenvolvimento econômico.” Chang prossegue citando o próprio List (1885 *apud* Chang 2004, p. 15): “Por industriosos, parcimoniosos, inventivos e inteligentes que sejam, os cidadãos individuais não podem compensar a falta de instituições livres. A história também ensina que os indivíduos derivam grande parte de sua energia produtiva das instituições sociais e das condições que lhes são dadas.”

⁴ Pelo teor de sua contribuição, alguns pesquisadores denominam este campo analítico como Escola Institucionalista Alemã, dado o seu destaque para o papel das instituições sociais na história e na trajetória do desenvolvimento das nações. Porém, a menção de escola histórica é mais usual.

⁵ Usualmente a escola histórica é dividida em três vertentes, a velha escola histórica (Wilhelm Roscher, Karl Knies, e Bruno Hildebrand), a nova escola histórica (Gustav von Schmoller, Etienne Laspeyres, Karl Bücher e Lujó Brentano) e a novíssima escola histórica (Arthur Spiethoff, Werner Sombart e Max Weber), existindo diferenças metodológicas entre elas e, inclusive, um debate sobre a possibilidade ou não desse corpo analítico ser considerado uma escola de pensamento. Contudo, como não é o objetivo deste trabalho entrar nesses pormenores, os seguintes trabalhos são recomendados para quem quiser se aprofundar no assunto: Rhia (1985), Schumpeter (1987), Betz (1988), Streissler e Milford (1993), Peukert (2001), Hodgson (2001), Shionoya (2005), Tribe (2007), Máximo (2010) e Costa (2020).

Em contraposição ao individualismo metodológico – assentado nas decisões maximizadoras, egoístas e utilitaristas do *homo oeconomicus* –, haveria um “espírito do povo” (*volksgeist*) que atuaria condicionando o processo de desenvolvimento das sociedades, instando, dessa forma, o desafio de encontrar por meio de análises historiográficas as regularidades e as instituições que explicassem as trajetórias sociais. Consequentemente, partindo da premissa da complexidade comportamental humana, a análise econômica jamais poderia prescindir de elementos subjetivos, o que compelia o analista ao desafio de elaborar uma historiografia não universal e capaz de compreender as particularidades de cada complexo social; cada nação seria única (singular). Nesse espectro, a cultura de um povo, os aspectos éticos e morais, as crenças e os valores religiosos, exerceriam decisiva influência em sua trajetória.⁶

Essa visão está claramente manifesta nas obras *O Capitalismo Moderno* (1902) de Werner Sombart e *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo* (1904/05) de Max Weber que se lançam no desafio de compreender o “espírito” (*geist*) como representação das motivações dos agentes, compreendidos, conforme já mencionado, como imersos em determinados sistemas socioculturais. Assim, enquanto Sombart procurou identificar as origens do capitalismo moderno buscando compreender o “espírito” de competição e acumulação, aliado à racionalidade econômica (SOMBART, 1984),⁷ Weber buscou na Reforma Protestante, em especial na sua linhagem calvinista, a conformação de uma ética racional do trabalho mais adequada à lógica do capitalismo (WEBER, 2004; COSTA, 2021a; 2021b).

O trabalho desenvolvido pelos pesquisadores desta escola trouxe efetivamente a cultura e as instituições para dentro de uma agenda sistemática de pesquisa, exercendo importante influência na formação da EIA⁸ e no pensamento social brasileiro.

A crítica ao modelo analítico racional, reducionista e focado na análise do equilíbrio estático da teoria econômica neoclássica foi – assim como para a escola histórica – um dos pontos de partida da EIA.⁹ A concepção seminal dessa escola surge quando Thorstein Veblen publicou *A Teoria da Classe Ociosa* (1899) incorporando os hábitos, os instintos e

⁶ A contribuição de Karl Knies é um exemplo desta forma de compreensão. Knies destacava a importância da análise cultural para a formação de uma nação, ajudando a moldar o seu “espírito”. Assim, a atividade econômica era a expressão da vida unificada de um povo, com o indivíduo sendo decisivamente influenciado pela cultura nacional (RINGER, 2004).

⁷ Em *O Capitalismo Moderno*, Werner Sombart procura diferenciar o capitalismo moderno dos sistemas anteriores em função da organização baseada na propriedade privada e economia de trocas, das tecnologias desenvolvidas a partir do século XVIII e dum “espírito” de competição e acumulação aliado à racionalidade econômica. Para maior imersão no assunto recomenda-se Riha (1985).

⁸ A influência da escola histórica na EIA é assinalada por Schumpeter (1987), Hodgson (2001) e Máximo (2010). Veblen, por exemplo, foi sabidamente influenciado pelos trabalhos de Gustav von Schmoller e Werner Sombart. Para maiores informações sobre a EIA recomendo, além dos textos citados: Monastério (1998), Lopes (2013) e Simões (2014).

⁹ Como pilares da Escola Institucionalista Americana se agregam John Commons, Wesley Mitchell e John K. Galbraith. Contudo, pelo fim aqui proposto a análise se limitará a uma síntese da visão desenvolvida por Veblen.

as instituições enquanto categorias analíticas na explicação da conduta social e econômica (VEBLEN, 1983). Os hábitos, derivados de comportamentos repetitivos (cumulativos) dos agentes ao buscarem determinados objetivos, são amoldados pelo contexto social no qual estão imersos e transmitidos geracionalmente por meio da cultura (tradição, formação, educação e religião), estabelecendo usos, costumes, convenções, preconceitos e princípios de conduta. E, ao se tornarem um padrão de comportamento coletivo, conformam as instituições (políticas, econômicas e sociais).¹⁰

Nesta concepção, a evolução da estrutura social ocorre por meio de um processo de seleção adaptativa de instituições (causação institucional cumulativa) que se erguem sobre tessituras institucionais pretéritas, e que passam a exercer influência determinante nas atividades econômicas (VEBLEN, 2017).¹¹ Em síntese, para Veblen (1983; 2017) a incorporação das instituições na análise econômica representava um avanço teórico, pois permitia a saída de uma análise estática para um modelo social dinâmico capaz de refletir uma visão histórica e evolutiva do processo de transformação econômica e social, colocando a ação humana dentro de uma realidade social plural, e não meramente hedonista, passiva, inerte e imutável. Ou seja, ao defender uma ciência evolucionista, argumentava pela necessidade da incorporação na agenda de pesquisa de problemáticas relacionadas ao desenvolvimento cultural e institucional das sociedades.

No Brasil, por sua vez, a influência da escola histórica se deu fundamentalmente por meio do paradigma weberiano na formação do pensamento social brasileiro, em especial nos trabalhos seminais de Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Octávio Ianni, Guerreiro Ramos, Juarez Brandão Lopes, Cândido Procópio Camargo, Viana Moog, Mário Wagner Vieira da Cunha, Emílio Willems, Raimundo Faoro e Simon Schwartzman.¹² Weber ajudou estes autores a entenderem o desafio de formar um pensamento social voltado para a análise das peculiaridades culturais – permitindo ou uso de conceitos como individualismo amoral, homem cordial, patrimonialismo, aversão ao associativismo racional e ao trabalho, hedonismo curtopraxista, por exemplo – e as singularidades da formação econômica e social do Brasil, bem como as razões do seu atraso, não raramente havendo comparações entre o processo de colonização protestante dos Estados Unidos com a tradição católica brasileira.

¹⁰ As instituições, dessa maneira, são compreendidas como formas de pensar compartilhadas. Veblen não ofereceu uma definição clara de instinto, motivo pelo qual centramos a nossa análise aqui apenas nos hábitos e instituições. A este respeito recomendo ver: Monastério (1998).

¹¹ Apesar de Veblen não usar essa terminologia, que seria difundida posteriormente pelos estudos da Nova Economia Institucional, em especial pelos trabalhos de Douglass North, é possível, neste caso, afirmar que o comportamento dos indivíduos assume o caráter de ser “dependente de trajetória”. Há claramente elementos analíticos que permitem estabelecer essa associação.

¹² Antes desses autores Eduardo Prado, um monarquista e crítico do modelo de sociedade norte-americano, publicou *A ilusão americana* no ano de 1893 estabelecendo vários contrapontos entre o Brasil e aquilo que ele chamava de “grande república anglo-americana”, se referindo aos Estados Unidos. Segundo ele, Brasil e Estados Unidos diferiam na raça, religião, índole, língua, história e tradições de seus povos. Foi, assim, um dos primeiros autores a explicitar claras diferenças culturais entre ambos os países.

Finalmente, ainda no período de estudos originários, convém citar outros autores, não brasileiros e nem pertencentes às escolas aludidas, que elaboraram estudos dignos de menção, em especial por estabelecerem análises sobre as especificidades e distinções das formações das sociedades latino-americanas e norte-americana, sublevando a importância de questões culturais:¹³ (i) James Bryce escreveu *A sociedade civil americana* (1888) e *América do Sul, observações e impressões* (1912); (ii) David Herbert Lawrence escreveu *Estudos clássicos sobre a literatura norte-americana* (1923) e *A serpente emplumada* (1926), sobre a sociedade mexicana; (iii) Hermann Graf Keyserling escreveu *Meditações sul-americanas sobre o céu e o inferno na alma humana* (1923) e *América libertada* (1929).

3. O renascimento do debate

Após as contribuições originárias assinaladas o debate sobre a relação entre cultura, instituições e desenvolvimento perde vitalidade no período entre o pós-Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1970. Infere-se que isto ocorreu em decorrência do: (i) desmantelamento acadêmico da escola histórica, interrompendo a formação de uma nova geração e a continuidade de sua agenda de pesquisa; (ii) perda de dinamismo da EIA que da mesma forma sofreu descontinuidade geracional; (iii) consolidação do predomínio no campo da economia do *mainstream* neoclássico e aumento da influência do pensamento marxista que assumiam, respectivamente, os pressupostos do *homo oeconomicus* e o determinismo econômico;¹⁴ (iv) surgimento e rápido desenvolvimento de outras escolas de pensamento com destaque no campo do desenvolvimento para a Economia do Desenvolvimento e o estruturalismo latino-americano, que priorizaram em suas agendas outros fatores explicativos para a compreensão do desenvolvimento.¹⁵

Desta forma, temas relacionados a aspectos culturais e institucionais foram quase sempre delegados para outras áreas do conhecimento, em especial à antropologia e sociologia, com os economistas concentrando a sua atenção em outros fatores explicativos como determinantes do crescimento e do desenvolvimento.¹⁶

¹³ Estes estudos são citados por Morse (1988).

¹⁴ Na visão neoclássica o indivíduo é um ser individualista, aquisitivo e maximizador, tomando todas as suas decisões por meio de um racionalismo econômico determinado pelo impulso de maximização de prazer, consumo e lucro. Na perspectiva marxista, fundamentada no materialismo histórico e dialético, a superestrutura social (jurídico-política e ideológica) é derivada da base econômica da sociedade. Assim, no capitalismo as instituições sociais são meros reflexos validadores da lógica de acumulação do capital (moldadas pelo e para o capitalismo). Aqui entra a conhecida alegação da “determinação econômica em última instância”.

¹⁵ É de bom alvitre ressaltar nesse ponto Gunnar Myrdal da Economia do Desenvolvimento e Celso Furtado do pensamento estruturalista latino-americano que, conforme mais à frente detalhado, incorporaram aspectos culturais em algumas de suas obras.

¹⁶ Dentre os principais fatores explicativos elencados por algumas correntes de pensamento – escolas Neoclássica, Keynesiana, Economia do Desenvolvimento ou Estruturalismo Latino-Americano, por exemplo – pode-se citar: volume de investimento, inovação tecnológica, disponibilidade de fatores (recursos naturais, capital e trabalho), qualificação da mão-de-obra, estrutura econômica e social, tamanho do mercado, macrodecisões, termos de troca, etc.

O renascimento do debate ocorreu nas décadas de 1970 e 1980 aproximando diversas áreas do conhecimento em um campo de pesquisa multidisciplinar que estabeleceu a compressão das desigualdades entre nações como agenda central.¹⁷ Nesse processo convém destacar as seguintes contribuições: (i) *The Moral Basis of a Backward Society* [A base moral de uma sociedade atrasada] (1958) de Edward Banfield; (ii) *Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations* [Drama Asiático: Uma Investigação sobre a Pobreza das Nações] (1968) de Gunnar Myrdal; (iii) *The Rise of the Western World* [A ascensão do mundo ocidental] (1973) de Douglass North e Robert Thomas; (iv) *The Latin Americans: Their Love-Hate Relationship with the United States* [Os latino-americanos: sua relação de amor e ódio com os Estados Unidos] (1977) de Carlos Rangel; (v) *El Ogro Filantrópico* [O Ogro Filantrópico] (1979) de Octavio Paz; (vi) *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978) e *Cultura e desenvolvimento em época de crise* (1984) de Celso Furtado; (vi) *O espelho de Próspero* (1988) de Richard Morse; (vii) *Underdevelopment Is a State of Mind: The Latin American Case* [O subdesenvolvimento é um estado de espírito: o caso latino-americano] (1985) de Lawrence Harrison.

O ponto comum entre essas obras é o estabelecimento de correlações entre aspectos culturais e institucionais com a trajetória de desenvolvimento das sociedades. Contudo, para efeito analítico é possível agrupar estes estudos em dois blocos: o primeiro composto por Banfield (1958), Myrdal (1968) e North e Thomas (1973); e o segundo pelos demais – Rangel (1977), Paz (1979), Furtado (1978; 1984), Morse (1988) e Harrison (1985) –, que possuem um foco mais específico nos desníveis de desenvolvimento do continente americano, em especial por meio de análises comparativas entre os Estados Unidos e os países de colonização ibérica.

Os três primeiros estudos, é bom repisar, possuem em comum o fato de não olharem especificamente para os desníveis de desenvolvimento no continente americano. Um analisa o caso de uma cidade no sul da Itália, outro o caso asiático e o terceiro a ascensão econômica da Europa Ocidental.

Banfield (1958) estudou as relações sociais na cidade de Chiaromonte, região italiana de Basilicata, constatando que grande parte do atraso econômico em comparação com outras regiões da Itália podia ser explicado pela ausência de um sentido público e coletivo de sociedade. Conforme o autor, Chiaromonte era caracterizada por possuir uma sociedade centrada na família, o que colocava os interesses particulares acima dos interesses coletivos, fato que o levou a afirmar que a cidade era o *ethos* do “familismo amoral”. Os valores sociais predominantes entre os seus habitantes eram a desconfiança, a inveja e a suspeita. O resultado social disto se expressava na base moral de uma sociedade atrasada que vivenciava elevada taxa de pobreza, concentração fundiária, elevada taxa de

¹⁷ Sobre o renascimento do debate entre cultura e desenvolvimento recomendo ver Huntington (2000). Sobre a efervescência da sociologia econômica Higgins (2005), especialmente o prefácio.

mortandade advinda da violência, isolamento social e notória incapacidade de atuação em conjunto para resolver problemas comuns.

Myrdal (1968) ao analisar a problemática do desenvolvimento dos países asiáticos concluiu que fatores culturais, relacionados, sobretudo, às suas características religiosas, ao influenciarem os comportamentos políticos, econômicos e sociais, eram os principais entraves para a modernização econômica desses países.

North e Thomas (1973) ao analisarem os fatores explicativos para a ascensão econômica da Europa Ocidental, no período da Idade Média até o século XVIII, lançam um novo olhar para a historiografia econômica ao proporem uma inversão analítica entre causa e efeito, sugerindo que os arranjos institucionais seriam na verdade os reais elementos propulsores do crescimento econômico do mundo ocidental.

Após estes três estudos seguiram-se outros, todavia focados especificamente na análise da problemática dos desníveis de desenvolvimento entre a América de colonização anglo-saxônica e a de colonização latina (ibérica).

Rangel (1977) ao tentar compreender as raízes dos desníveis de desenvolvimento entre a América Latina e os Estados Unidos concluiu que estas se originaram nos valores e atitudes tradicionais ibero-americanos em oposição aos valores anglo-saxões. Paz (1979) na mesma senda destaca que a mais desenvolvida (de língua inglesa) é herdeira da tradição que teria fundado o mundo moderno, a Reforma Protestante; e a outra, com menor nível de desenvolvimento (e de línguas latinas, espanhol e português) é herdeira da tradição monarquista católica e da Contrarreforma.

Furtado (1978; 1984), procurando desvelar as causas e as características do subdesenvolvimento, sinalizou a existência de conexões entre a cultura material e, sobretudo, imaterial com o desenvolvimento.¹⁸ Convém, no entanto, ir além destas duas obras na medida em que este autor se consolidou como um importante intérprete do subdesenvolvimento.¹⁹

Em sua perspectiva, desenvolvimento e subdesenvolvimento são situações históricas distintas derivadas de uma mesma dinâmica com o subdesenvolvimento se constituindo num processo histórico autônomo e heterogêneo de conformação estrutural produzido pela forma como se propagou o progresso tecnológico no plano internacional e derivado de malformações sociais e econômicas durante o processo de difusão do capitalismo na periferia; com esta estrutura socioeconômica tendendo a se perpetuar em função, dentre outros fatores, da dinâmica de manutenção da matriz institucional existente que condiciona uma lógica de divisão e apropriação da riqueza e da renda.²⁰

¹⁸ Sobre os aspectos da relação entre cultura e desenvolvimento em Celso Furtado, recomendo Burgueño e Rodríguez (2001).

¹⁹ Para uma visão mais ampla da perspectiva analítica de Furtado recomendo Costa e Machado (2020).

²⁰ Outros fatores citados são: (i) as condições históricas ligadas à emergência do sistema de divisão internacional do trabalho; (ii) o aumento da taxa de exploração dos países pobres e do uso do excedente adicional pelas elites,

No bojo de seu arcabouço teórico, todo sistema econômico (seja este local, regional ou mesmo nacional) possui dispositivos de coordenação que expressam estruturas de poder e que respondem por ideais sociais, políticos e econômicos. Ademais, existem nestas estruturas quadros institucionais e poderes reguladores, fundados na coação e/ou consentimento, que arbitram conflitos que se manifestam em torno da apropriação e da alocação dos recursos. É neste momento que o autor, com intuito de entender o comportamento dos agentes, sinaliza para a necessidade de analisar as estruturas sociais dando realce à importância da cultura.

Outro autor que procura estabelecer uma conexão entre a cultura e o subdesenvolvimento da América Latina é Morse (1988) que, inspirado nas contribuições de Tocqueville, Weber e Johan Huizinga para a compreensão da formação social dos Estados Unidos, se propôs a um exercício similar, só que para a formação da sociedade latino-americana.²¹ Este é o desiderato de *O espelho de Próspero*.

Publicado originalmente no México no ano de 1982, este livro ao olhar especificamente para a América Latina se torna uma importante referência para o estabelecimento de parâmetros culturais de comparação entre o processo de colonização dos peregrinos protestantes nos Estados Unidos com a matriz católica das colônias dos países ibéricos. Assim, por meio de uma análise que difere da usual – ressaltando a “turbidez do espelho do civilizado”, para ele incompleto em seu “paroquialismo” –, sugere, paradoxalmente, que o subdesenvolvimento da região é resultante de uma opção política e cultural deliberada, mas não inferior.

Nesta vereda, ao analisar o processo de colonização das duas regiões, destaca que as colônias ibéricas de Portugal e, sobretudo, da Espanha se sobressaíram no que se refere à lógica de planejamento e organização. Ou seja, enquanto a colonização anglo-saxônica foi assistemática, as colônias portuguesas e espanholas foram expressão de um projeto colonial, apresentando, no caso das colônias espanholas, já no século XVII, cidades

para financiamento de seu consumo mimético, de que resulta uma ruptura cultural que se manifesta através do processo de modernização; (iii) a orientação do crescimento em função dos interesses da minoria “modernizada”; (iv) o custo ascendente da tecnologia requerida para acompanhar por meio da produção local os padrões de consumo dos países avançados, o que, por seu lado, facilita a penetração das grandes empresas de ação internacional; (v) a necessidade de fazer face aos custos crescentes em moeda estrangeira de produção destinada ao mercado interno, abrindo o caminho à exportação de mão-de-obra barata sob o disfarce de produtos manufaturados.

²¹ O trabalho de Morse em grande medida foi inspirado nos estudos seminais de Weber, Tocqueville e Huizinga, que segundo ele teriam melhor analisado as peculiaridades da formação social dos Estados Unidos, principalmente por deterem um “olhar estrangeiro”. J. Huizinga foi um historiador e linguista holandês que produziu estudos no campo da história cultural, da teoria da história e da crítica da cultura. Até hoje é tido com uma importante referência no campo da historiografia cultural, tendo escrito obras seminais como *O Outono da Idade Média* (1919), *Nas Sombras do Amanhã* (1935) e *Homo Ludens* (1938). Contudo, outros textos menos conhecidos do autor – *Homem e Massa Popular na América* (1918) e *Vida e Pensamento na América* (1927), escrito com base em seu diário de viagem pelos Estados Unidos no ano de 1926 – retratam importantes contribuições sobre as suas impressões acerca da relação entre cultura e sociedade na formação histórica dos Estados Unidos.

planejadas, universidades, bispados, produções literárias e artísticas diversificadas; ao passo que as colônias inglesas neste período eram conformadas apenas por um conjunto de aldeias sem uma lógica colonial de ocupação.

Morse (1988) demonstra ser um profundo admirador da cosmovisão católica, ao ponto de destacar no processo de formação colonial latino-americano o predomínio da visão escolástica e tomista, a lógica estamental, a relação de proximidade entre a Igreja e o Estado e a visão orgânica da nação. Neste sentido, a herança cultural ibérica, para ele mais centrada nos estudos das humanidades, apresentaria um caráter superior ao pragmatismo anglo-saxão.²²

Finalmente, o estudo sobre os desníveis de desenvolvimento entre as nações a partir da análise cultural ganha mais ampla expressão com a publicação do livro *O subdesenvolvimento é um estado de espírito: o caso latino-americano* (1985) de Lawrence Harrison.

Harrison (1985) lança a tese de que o principal obstáculo para o desenvolvimento da América Latina está em sua cultura, nos valores e atitudes compartilhados pela sociedade, como a sua propensão à justiça e ao progresso, e na forma como o seu ambiente social desestimula o potencial criativo.²³ Assim, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento se materializa como a melhoria do bem-estar, se afasta da tese de que em nível global desenvolvimento e subdesenvolvimento estabelecem um jogo de soma zero, ou seja, de que o desenvolvimento de alguns países somente pode ser explicado em virtude do subdesenvolvimento de outros.²⁴

Em sua perspectiva, o processo de desenvolvimento decorre da capacidade criativa dos indivíduos por meio das ações que envolvem o ato de imaginar, teorizar, conceituar, experimentar, inventar, articular, organizar, gerenciar e resolver problemas, contribuindo para o progresso da humanidade. Destaca que recursos naturais, clima, geografia, história, tamanho do mercado e políticas governamentais, também são fatores importantes, porém a criatividade humana emerge como principal elemento indutor. Ou seja, o desenvolvimento decorre, sobretudo, da capacidade de estímulo à criatividade, à inovação e ao desenvolvimento da produtividade. As sociedades, pois, que encontram mecanismos que estimulam adequadamente esses atributos alcançam o progresso; as que não, se tornam relegadas ao atraso.²⁵

²² A admiração de Morse (1988) pela cosmovisão ibérica pode ser comprovada quando vaticina que – em um exercício similar ao que Tocqueville (1987) fez para ascensão dos Estados Unidos e da Rússia no cenário mundial – as características culturais da sociedade brasileira tornariam o Brasil um país proeminente nas primeiras décadas do século XXI; uma previsão que não se concretizou.

²³ Harrison (1985) foi bastante influenciado por Rangel (1977). A este respeito ver Harrison (2000).

²⁴ Tese amplamente difundida por meio da teoria do imperialismo, de origem marxista, ou pela teoria da dependência, advinda do pensamento crítico latino-americano.

²⁵ Para ilustrar sua teoria, Harrison (1985) estabelece uma série de comparações bilaterais (Costa Rica e Nicarágua, República Dominicana e Haiti, Barbados e Haiti, Austrália e Argentina, Estados Unidos e América

Mas como estimular a expansão da capacidade criativa humana? Harrison (1985) listou sete formas: (i) desenvolvimento de um ambiente no qual as pessoas esperam e recebem um tratamento justo; (ii) um sistema educacional eficaz e acessível, que forneça instrução e desenvolva ferramentas vocacionais ao mesmo tempo em que nutre curiosidade, faculdades críticas, dissidência e criatividade, e habilite os indivíduos na solução de problemas; (iii) um sistema de saúde que seja capaz de proteger à população de doenças, em especial as que debilitam e matam; (iv) criação de um ambiente que incentive a experimentação crítica; (v) criação de um ambiente que ajude as pessoas a descobrir os seus talentos e interesses, combinando com trabalhos certos; (vi) um sistema de incentivos que recompense mérito e conquista, ao mesmo tempo que desencoraje o nepotismo e o favorecimento sem meritocracia; (vii) conquista da estabilidade e da continuidade que possibilitem o planejamento com confiança.

Após apresentar esta lista de como expandir a capacidade criativa humana, Harrison (1985) questiona quais seriam os valores e atitudes que promovem a expressão criativa do ser humano e, conseqüentemente, o desenvolvimento? É na resposta a esta pergunta que ele chega à conclusão de que existe uma correlação entre cultura e desenvolvimento, e que o subdesenvolvimento é a expressão de um “estado de espírito”. Para o autor, a cosmovisão de uma sociedade expressa o seu sistema de valores e atitudes, sendo formada por um complexo de influências que passa pela geografia, organização econômica e contingências históricas. Essa cosmovisão, bem como o seu sistema de valores e atitudes relacionadas, se alteram constantemente, porém em um ritmo extremamente lento, perceptível somente no longo prazo por meio de uma análise intergeracional.

No limite a cosmovisão orientada para o futuro estimula uma racionalidade adequada para o desenvolvimento na medida em que fortalece relações de identidade entre os membros do grupo, um sistema ético rígido e adequadas atitudes em relação ao trabalho; elementos que estimulam a confiança, possibilitando a propagação de práticas de cooperação, solução de problemas coletivos e estabilidade política. Especificamente em relação ao trabalho, o autor destaca que uma cosmovisão adequadamente orientada para o futuro estimula a capacidade de planejamento e o trabalho árduo, propiciando como resultado o aumento de renda e melhores condições de vida. Ao passo que o foco no presente pode estabelecer como teto apenas a reprodução da condição de existência atual (subsistência).

4. Perspectivas teóricas recentes

Após o reavivamento do debate nas décadas de 1970/80 o estudo da relação entre instituições, cultura e desenvolvimento ganhou envergadura na última década do século

Latina). Em sua análise a distância em termos de desenvolvimento que existe em cada um desses pares é explicada por fatores culturais.

XX e no início do século XXI. Parte importante desta influência decorreu da contribuição teórica de D. North a partir da perspectiva da Nova Economia Institucional (NEI).²⁶ Influenciados por esta contribuição, J. Coleman, F. Fukuyama e R. Putnam elaboraram o conceito de capital social.²⁷ Finalmente, D. Acemoglu e J. Robinson trouxeram *à baila* uma importante contribuição, em especial ao introduzirem os conceitos de instituições (econômicas e políticas) inclusivas e extrativistas.

4.1. Douglass North: A cultura como chave para a dependência de trajetória

North (1990) parte do pressuposto de que as instituições e as estruturas produtivas herdadas por meio de processos históricos singulares geram dinâmicas socioeconômicas diversificadas. Isso significa que o desenvolvimento é um fenômeno eminentemente institucional, resultante de complexas interações entre forças econômicas, políticas e culturais da qual fazem parte distintos arranjos institucionais. Consequentemente, o sucesso (ou o fracasso) das nações decorre de sua formação histórica e da forma como as suas instituições foram criadas e/ou evoluíram.

As instituições como categoria analítica são apresentadas como normas socialmente construídas (“regras do jogo”), gozando de aceitação geral, que impõem restrições formais e/ou informais e que moldam o processo de interação; ao mesmo tempo em que estruturam incentivos nas trocas humanas, sejam estes de ordem política, social ou econômica. Porém, não são necessariamente eficientes do ponto de vista social, podendo, consequentemente, os custos de transação, produção e acesso as informações diferirem substancialmente entre as sociedades em decorrência de suas diferentes estruturas institucionais. Existe, assim, um caráter histórico nas trajetórias das sociedades derivado da forma como as suas matrizes institucionais foram conformadas e evoluíram, o que leva ao corolário de que o subdesenvolvimento é resultado de instituições socialmente ineficientes.

North (1990) ao firmar a compreensão de que as instituições são dependentes de suas trajetórias prévias – portanto “portadoras da história”, na medida em que apresentam fortes relações com configurações historicamente herdadas – estabelece a matriz institucional de uma sociedade como o elo entre o passado e o presente, e como condicionante do futuro

²⁶ Além de North, outros dois autores no campo da NEI exerceram importante influência no debate contemporâneo: Oliver Williamson e Elinor Ostrom. Contudo, é necessário mencionar que este campo de pesquisa teve no artigo *A Natureza da Firma* publicado em 1937 o estudo seminal. Coase (1933) pela primeira vez colocou a noção de que as relações que os agentes estabelecem no mercado envolvem custos concretos e por isso mereciam ser mais bem compreendidas, introduzindo o conceito de custos de transação; destacando a importância dos direitos de propriedade para a estrutura institucional e adequado funcionamento da economia. Williamson aprofundou essa agenda analisando a governança econômica, especialmente nos limites da firma, ampliando a compreensão dos custos de transação para o ambiente de negócios. Ostrom trabalhou, por sua vez, nos campos de pesquisa envolvendo o papel da escolha pública nas decisões que influenciam a produção de bens e serviços públicos, e de que forma as sociedades desenvolvem arranjos institucionais para a gestão dos recursos naturais.

²⁷ Conforme mencionado logo à frente o conceito capital social foi originalmente proposto por Pierre Bourdieu.

por meio de uma dependência de trajetória (moldada por meio da interação entre instituições e organizações). Uma vez definido um caminho, há a atuação de mecanismos autorreforçantes que fazem com que a matriz institucional fique “trancada” (*lock in*) na trajetória.²⁸

É nesta perspectiva que a cultura emerge como a chave para a compreensão da dependência de trajetória estando à ação dos indivíduos condicionada por elementos cognitivos de seus modelos mentais (NORTH, 1990; 2005; DENZAU; NORTH, 1994),²⁹ o que podemos chamar de cosmovisão.³⁰ Em síntese, enquanto os modelos mentais são representações internas que o sistema cognitivo usa para interpretar o ambiente, as instituições são os mecanismos externos que os indivíduos criam para estruturar e ordenar o ambiente. Logo, ideologias e instituições podem ser vistas como tipos de modelos mentais compartilhados, o que leva North (2003) a destacar que as regras informais acabam se tornando, para a dinâmica das sociedades, até mesmo mais importantes do que as formais. É exatamente por isso que mudanças culturais envolvendo alterações na cosmovisão dos indivíduos, advindas de alterações na ideologia, crenças, valores e religião, abalam a estabilidade das instituições e tendem a ser importantes vetores de mudanças institucionais (NORTH, 1990; 2005).

A cultura, dessa forma, torna-se elemento central para explicar o desempenho econômico e político através do tempo (NORTH, 2005); e, como mencionado, materializa-se, em última instância, como a chave para a dependência de trajetória, na medida em que os indivíduos ao fazerem as suas escolhas o fazem influenciados pelas suas crenças, formadas por meio de um processo de aprendizagem cumulativo que é transmitido culturalmente de uma geração para outra.

4.2. Instituições e capital social: Bourdieu, Coleman, Fukuyama e Putnam

A efervescência no debate sobre cultura, instituições e desenvolvimento propiciou o surgimento de um conjunto de novas categorias analíticas que foram incorporadas ao debate,³¹ ao lado de uma nova compreensão sobre os determinantes da dinâmica do desenvolvimento, não mais exclusivamente de natureza exógena (*top-down*), mas em certa medida de natureza endógena (*bottom-up*). É neste contexto que surge o conceito de capital

²⁸ A mudança de trajetória ocorreria somente por intermédio de uma ruptura institucional.

²⁹ Para Denzau e North (1994) a estrutura dos modelos mentais é derivada de um processo de aprendizado cultural, ou seja, de experiências individuais vivenciadas em determinado ambiente linguístico e sociocultural.

³⁰ Para uma análise mais aprofundada da cultura como chave para a dependência de trajetória na teoria de Douglass North recomendo: Costa (2019).

³¹ Além do conceito de capital social a literatura especializada incorporou no debate um conjunto de novos conceitos, como, sem a pretensão de ser exaustivo, apenas para exemplificar: desenvolvimento endógeno ou local, comunidade cívica, *clusters*, Arranjos Produtivos Locais (APL), Sistemas Locais de Inovação (SLI), Distritos Industriais Marshallianos, *Millieux Innovateurs* etc.

social, bastante utilizado para explicar a virtuosidade de determinadas localidades ou regiões.

Bourdieu (1979; 1980) foi o primeiro autor a mencionar o termo ao identificar a existência de três tipos distintos de capital: econômico, cultural e social. Especificamente no tocante ao conceito em tela, Bourdieu (1980, p. 2) definiu capital social como: “[...] o agregado de recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradora de relações de familiaridade ou de reconhecimento mais ou menos institucionalizadas”. Entretanto, em que pese a sua contribuição, que tentava elucidar as relações entre cultura, redes sociais e poder, não aprofundou o conceito, ficando esta tarefa a cargo de J. Coleman, F. Fukuyama e R. Putnam.

Coleman (1988; 1994), distinto por incorporar a perspectiva da escolha racional, destaca a existência de três tipos de capital em uma sociedade: (i) o físico (tangível, mensurável e estável); (ii) o humano (menos tangível, mensurável e com elevada estabilidade); (iii) o social (intangível, difícil de ser mensurado e com sua estabilidade dependente do contexto social). Este último, ao mesmo tempo em que funciona como um redutor dos custos de transação na economia,³² expressa a capacidade que os indivíduos possuem de trabalharem em prol de objetivos coletivos; característica diretamente derivada do grau em que as comunidades compartilham normas e valores, ao mesmo tempo em que estão dispostos a subordinar os interesses individuais aos coletivos. Assim, o capital social só existe no espaço social relacional, estando diretamente associado às crenças prevalentes entre os indivíduos.

Fukuyama (1996) ao estabelecer críticas à perspectiva neoclássica, que subordina toda ação econômica unicamente a motivos econômicos,³³ chama atenção para a necessidade de se compreender melhor de que forma a cultura molda o comportamento humano, em especial o econômico. Neste sentido, enfatiza que os aspectos culturais (hábitos, costumes e adequados princípios éticos) são determinantes para o estabelecimento do nível de confiança inerente à sociedade, e conseqüentemente para o bem-estar e a competitividade. O capital social, portanto, repousa em raízes culturais e se baseia no predomínio de virtudes sociais e não pode ser adquirido por indivíduos de forma isolada. Neste sentido, o seu conceito de capital social expressa claramente a importância do papel

³² Ao usar o conceito de custo de transação, Coleman (1988; 1994) deixa explícita a influência teórica da NEI.

³³ Esta crítica poderia ser perfeitamente estendida à perspectiva marxista de “determinação econômica em última instância”.

da confiança,³⁴ que age como “lubrificante” nas relações sociais,³⁵ e dos mecanismos culturais de criação e transmissão, tais como religião, tradição ou hábito histórico.

Em trabalho posterior, Fukuyama (2000) retorna a essas questões e esclarece que o simples compartilhamento de valores e normas não produz por si só capital social na medida em que os valores e normas partilhados podem ser “valores errados”. Neste sentido, as normas que produzem o capital social geram externalidades sociais e reduzem os custos de transação ao incluir atitudes como falar a verdade, cumprir obrigações e exercer a reciprocidade.³⁶ É neste momento em que destaca a importância das normas informais para a consolidação de um ambiente econômico propício ao desenvolvimento.

A influência do neoinstitucionalismo de North (1990) é claramente perceptível na forma como Coleman (1994) e Fukuyama (1996; 2000) constroem os seus conceitos de capital social, e pode ser da mesma forma notada em Putnam (1993), sobretudo no entendimento de que as instituições, por um lado, são moldadas pela história e, por outro, moldam a política.

Para Putnam (1993) o padrão de normas e comportamentos ao lado das estruturas institucionais herdadas historicamente: (i) moldam a identidade e a estrutura de poder da sociedade; (ii) estruturam o comportamento político; e, (iii) influenciam as opções estratégicas dos indivíduos. No limite, o legado institucional deixado pela geração anterior influencia as escolhas da geração presente e futura (uma análise muito próxima à da dependência de trajetória desenvolvida por North).³⁷

³⁴ Há um destaque para as relações de confiança mútua entre os agentes. Conforme Fukuyama (1996, p. 41): “Confiança é a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade. Essas normas podem ser sobre questões de ‘valor’ profundo, como a natureza de Deus ou da justiça, mas também compreendem normas seculares, como padrões profissionais e códigos de comportamento.”

³⁵ Em trabalho posterior, Fukuyama (2000) define capital social como um conjunto de valores ou normas informais partilhadas pelos membros de um grupo que lhes permite a cooperação. Assim, na medida em que esperam que os outros se comportem de forma confiável e honesta o nível de confiança coletiva aumenta, agindo como “lubrificante”, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência.

³⁶ Ao incorporar o conceito de custo de transação na análise Fukuyama (1996; 2000) torna clara a influência da NEI. Conforme Fukuyama (1996, p. 43): “[...] pessoas que não confiam umas nas outras acabarão cooperando somente num sistema de regras e regulamentos, que têm de ser negociados, acordados, litigiados, e postos em vigor muitas vezes por meios coercitivos. Esse aparato legal, servindo de substituto da confiança, acarreta o que os economistas chamam de ‘custos transacionais’. Em outras palavras, a desconfiança generalizada no interior de uma sociedade impõe uma espécie de ônus sobre todas as formas de atividade econômica, ônus que as sociedades de alto nível de confiança não têm de pagar”.

³⁷ Outro ponto importante desenvolvido por Putnam (1993) é a ideia de comunidade cívica, um conceito chave para explicar o desempenho das instituições democráticas. Para isso, apropria-se do conceito das instituições e desenvolve um modelo simples e bastante linear de governança: demandas sociais → interação política → governo → opção de política → implementação (HIGGINS, 2005).

4.3 Daron Acemoglu e James Robinson: instituições inclusivas e extrativistas

Finalmente, Acemoglu e Robinson (2012) destacam a necessidade para a compreensão do desnível de desenvolvimento entre sociedades de se analisar as singularidades de cada formação social através de uma análise histórica da conformação de suas instituições (políticas e econômicas). Ou seja, ao se procurar encontrar as raízes da prosperidade ou do fracasso (o que podemos chamar de desenvolvimento e subdesenvolvimento, respectivamente) é importante compreender as particularidades de cada contexto histórico e de que forma as instituições foram consolidadas gerando incentivos ou desincentivos aos indivíduos, empresas e políticos.

Em síntese, os autores afirmam que cada padrão institucional existente é resultante de um processo histórico de interação entre instituições políticas e econômicas; sendo que as instituições políticas exercem precedência. E, uma vez estabelecido determinado padrão, há uma tendência de persistência histórica (visão que se aproxima com a lógica causal institucional cumulativa ou com o conceito de dependência de trajetória).

Após destacar a importância da compreensão das singularidades na formação histórica-institucional, entram no debate sobre a relação entre cultura e desenvolvimento, enfatizando que as diferenças culturais devem ser analisadas e compreendidas, sobretudo por darem sustentabilidade às diferenças institucionais que explicam as desigualdades mundiais, em especial a partir da conformação de instituições inclusivas nas sociedades desenvolvidas e extrativistas nas subdesenvolvidas.

Cabe, neste ponto, clarear melhor estes conceitos.

Instituições econômicas inclusivas são aquelas que fomentam oportunidades econômicas, o aumento da produtividade e a prosperidade, estando entre elas o direito de propriedade, não só para determinada elite, mas para uma ampla parcela da sociedade. É neste contexto que a ação do Estado se torna importante posto ser a instituição com capacidade coercitiva para impor a lei e a ordem, garantindo o cumprimento de contratos e a proteção da propriedade privada, além de ofertar serviços públicos importantes como a infraestrutura necessária para a viabilização da atividade econômica. Assim, instituições econômicas inclusivas criam mercados inclusivos, estimulam competitividade por meio da inovação tecnológica e fomentam a melhoria do processo educacional. Porém, dependem de instituições políticas centralizadas e pluralistas e de ações adequadas do Estado.

Em contraponto, as instituições econômicas extrativistas têm como principal objetivo a extração da renda e da riqueza de um segmento da sociedade em favor de determinadas elites. Com este intuito, estabelecem privilégios, injustiças sociais, insegurança jurídica e desincentivos para a melhoria do processo educacional. Podem até fomentar uma dinâmica de crescimento econômico, porém completamente distinta da criada sob instituições inclusivas, que em função da resistência das elites e da falta de incentivos econômicos acabam não sendo indutoras de inovações tecnológicas, tornando o

processo insustentável no longo prazo. E, com o tempo, o ciclo tende a se esgotar e entrar em colapso.

Ademais, é importante enfatizar a correlação direta entre instituições econômicas extrativistas e instituições políticas extrativistas. Ou seja, as instituições econômicas extrativistas são alimentadas por instituições políticas extrativistas, que concentram o poder nas mãos de determinada elite (política e econômica), moldando mecanismos para capturar renda e riqueza do restante da sociedade. Forma-se, com isto, um ciclo vicioso no qual o pré-requisito para a ampliação da riqueza acaba sendo a manutenção e ampliação do poder político. Em síntese, instituições extrativistas (políticas e econômicas) se retroalimentam.

É nesse sentido que para Acemoglu e Robinson (2012) o entendimento das causas da prosperidade ou da pobreza das nações depende da análise de como determinadas sociedades conformaram as suas instituições.

Conclusão

cresce a cada dia o interesse pelo estudo sobre a relação entre cultura, instituições e desenvolvimento, mas nem sempre foi assim. Durante muito tempo esta relação ou foi menosprezada, ou relegada à periferia do debate, com os estudos sobre as fontes do desenvolvimento e da prosperidade se centrando no papel do Estado, na disponibilidade de capital, nos polos de crescimento, no papel das indústrias e regiões motrizes e movidas, na infraestrutura econômica e social, nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (ao lado das inovações), no capital humano (nível educacional), ou nas relações econômicas internacionais (imperialismo, termos de troca ou divisão internacional do trabalho). North (1990) colocou em xeque estes axiomas afirmando que as razões primárias do crescimento e do desenvolvimento estão verdadeiramente na matriz institucional consolidada por uma sociedade ao longo do seu processo de formação histórica; tese ratificada por Acemoglu e Robinson (2012). Indo mais além, identificou que a chave para a compreensão da dependência de trajetória das sociedades está na análise da cultura.

Convém lembrar que os estudos de D. North, bem como o de D. Acemoglu e J. Robinson, fazem parte de um movimento mais amplo de retomada do debate sobre a relação entre cultura, instituições e desenvolvimento, iniciado nas décadas de 1970/80 e que atualmente se constitui como uma promissora agenda, com vastas possibilidades de desdobramentos e investigações.

Nesse desiderato, visando contribuir para a organização deste campo de pesquisa, este artigo buscou estabelecer uma proposta de sistematização da história do pensamento no tocante a esta relação (instituições, cultura e desenvolvimento), selecionando os marcos considerados mais relevantes. Para isto, identificou as chamadas contribuições primárias, destacou o renascimento do interesse pelo tema a partir da década de 1970 e apresentou algumas contribuições recentes, selecionadas pelo seu protagonismo.

A partir do *survey* apresentado, que não almejou de forma alguma explorar as nuances de cada escola ou teórico, mas apenas apresentar as linhas gerais de suas perspectivas, é possível alinhar algumas diretrizes conclusivas.

A escola histórica, ao compreender o homem como imerso em um complexo sociocultural, foi a primeira a considerar sistematicamente a importância das análises historiográficas para identificar as regularidades, particularidades e instituições que explicassem as trajetórias sociais. Nesse espectro, a cultura de um povo, os aspectos éticos e morais, as crenças e os valores religiosos, ao exercerem importante influência nesta trajetória, precisavam ser mais bem estudadas e compreendidas.

Apesar de ter sofrido descontinuidade, esta escola influenciou o surgimento da EIA que se notabilizou por ter incorporado os hábitos, os instintos e as instituições enquanto categorias analíticas. Neste viés, a cultura, base da conformação institucional, exerce por intermédio da causação institucional cumulativa um efeito determinante nas atividades econômicas (de certa forma análogo ao conceito de dependência de trajetória desenvolvido por North décadas depois).³⁸ Um alerta que tanto a escola histórica quanto a EIA deixaram é a respeito da importância de se compreender os elementos culturais enquanto determinantes das dinâmicas sociais, econômicas e institucionais.

Apesar das relevantes contribuições mencionadas, o interesse pelo estudo relativo à relação entre cultura, instituições e desenvolvimento enfrentou um período de interrupção entre o pós-Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1970, sofrendo um reavivamento a partir de estudos como: Banfield (1958), Myrdal (1968), North e Thomas (1973), Rangel (1977), Paz (1979), Furtado (1978; 1984), Morse (1988) e Harrison (1985).

Sem embargo, duas obras pela influência que exerceram merecem destaque neste conjunto. A primeira é North e Thomas (1973) que lançaram um inovador olhar epistemológico para a análise da historiografia econômica, propondo uma inversão analítica entre causa e efeito, colocando os arranjos institucionais como elemento motriz da análise. Com isto, inauguraram uma vereda que seria percorrida não apenas por autores neoinstitucionalistas, porém chegado a uma maturidade analítica em North (1990) e em Acemoglu e Robinson (2012).

A segunda obra importante neste reavivamento é Harrison (1985) que efetivamente apresentou a cultura como elemento decisivo para a explicação do florescimento da capacidade criativa humana e do desenvolvimento (ou subdesenvolvimento). Contudo, sinalizou que a cosmovisão de uma sociedade, composta por aspectos éticos, morais, crenças e valores religiosos (algo posto anteriormente com propriedade pela escola histórica e pela EIA), estava na base da conformação cultural. North (1990; 1995) e Denzau e North (1994), por sua vez, não usam o termo cosmovisão, mas modelos mentais (com uma forte correspondência) entendendo estes como a representação interna do sistema

³⁸ Apesar desta analogia, em nenhuma parte do desenvolvimento analítico de North, em seus diversos estudos, é possível inferir que ele foi influenciado pela EIA.

cognitivo utilizado para interpretar o ambiente. No limite, as instituições se materializam como a expressão dos modelos mentais compartilhados (cosmovisão).

A influência da perspectiva institucionalista de North (1990) é percebida na forma como Coleman (1988; 1994), Fukuyama (1996; 2000) e Putnam (1993) formulam o conceito de capital social, para eles uma expressão da cultura de uma sociedade que está diretamente relacionado à forma como os indivíduos estabelecem os seus valores e as suas crenças, gerando, como consequência, externalidades sociais. Assim, novamente é possível perceber a cosmovisão enquanto alicerce sobre o qual são estabelecidas as relações sociais.

Aqui está, para terminar, uma importante vereda a ser percorrida enquanto agenda sistemática de pesquisa: a relação entre cosmovisão e cultura, e, conseqüentemente, entre cosmovisão e instituições. Ou seja, se as instituições importam e na sua base estão os aspectos culturais, e na base da cultura está a cosmovisão, esta categoria analítica precisa ser mais bem conceituada e inserida enquanto importante elemento explicativo para a formação da matriz institucional de uma sociedade; e conseqüente determinação de sua dependência de trajetória, ou causação institucional cumulativa. Indo, desta forma, além de North (1990), a chave para a compreensão da dependência de trajetória de uma sociedade não é a cultura, esta seria a “fechadura”, a chave é a cosmovisão de uma sociedade.

Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Por qué fracasan los países: Los orígenes del poder, la prosperidade y la pobreza*. Barcelona: Centro de Libros PAPF, 2012.
- BANFIELD, E. *The Moral Basis of a Backward Society*. Glencoe, IL: The Free Press, 1958.
- BETZ, H. K. *How does the Historical School Fit?* History of Political Economy, vol.20 n° 3, Pp. 409-430, Duke University Press, Durham, 1988.
- BOURDIEU, P. *Le capital social: notes provisories*. Actes de la Recherche em Sciences Sociales, n. 31, pp. 2-3, 1980.
- BOURDIEU, P. *Les trois étaps du capital culturale*. Actes de la Recherche em Sciences Sociales, n. 31, pp. 3-6, 1979.
- BURGUEÑO, O.; RODRIGUEZ, O. Desenvolvimento e cultura. In: BRESSER-PEREIRA, L.C.; REGO, J.M. (Org.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- CHANG, H. J. *Chutando a Escada: A Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- COASE, R.H. *The nature of the firm: origins, evolution, and development*. New York/Oxford: Oxford University, 1993.
- COLEMAN, J. S. *Foundation of social theory*. Cambridge: Massachussets; London England: Belknap Havard, 1994.
- COLEMAN, J. S. *Social capital in the cration of human capital*. American Journal of Sociology, v. 94, Supplement, p. 95-120, 1988.

- COSTA, E.J.M.; MACHADO, L.A.S.M. *Reflexões sobre cultura e desenvolvimento: Celso Furtado, Douglass North e Amartya Sen*. Cadernos CEPEC, Volume 09, Nº 01 Junho de 2020.
- COSTA, E. J. M. *Apontamentos sobre o Primeiro Ensaio de A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo de Max Weber*. Cadernos CEPEC, v. 10, p. 55-71, 2021a.
- COSTA, E. J. M. *O espírito do capitalismo: apontamentos sobre a segunda parte do primeiro ensaio de A Ética Protestante de Max Weber*. Informe Econômico (UFPI), v. 43, p. 48-71, 2021b.
- COSTA, E.J.M.C. *O Pensamento Econômico de Max Weber: Um Necessário Resgate*. Brasília: Anais do 48º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2020.
- COSTA, E.J.M.C. *A cultura como chave para a dependência da trajetória na teoria institucionalista de Douglass North*. Nova Economia (UFMG), v. 29, p. 1359-1385, 2019.
- DENZAU, A.; NORTH, D. *Shared mental models: ideologies and institutions*. Center for Politics and Economics Claremont Graduate School and Center for the Study of Political Economy: Washington University (St. Louis), 1994.
- FUKUYAMA, F. Social Capital. In.: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S.P. (eds). *Culture Matters: How Values Shape Human Progress*. New York: Basic Books, 2000.
- FUKUYAMA, F. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Roco, 1996.
- FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HARRISON, L. *Underdevelopment Is a State of Mind: The Latin American Case*. Cambridge: Center for Intertional Affairs, 1985.
- HIGGINS, S. S. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.
- HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S.P. (eds). *Culture Matters: How Values Shape Human Progress*. New York: Basic Books, 2000.
- HARRISON, L.E. Promoting progressive cultural change. In.: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S.P. (eds). *Culture Matters: How Values Shape Human Progress*. New York: Basic Books, 2000.
- HODGSON, G. H. *How Economics Forgot History: The problem of historical specificity in social science*. London: Routledge, 2001.
- HUNTINGTON, S.P. Culture count. In.: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S.P. (eds). *Culture Matters: How Values Shape Human Progress*. New York: Basic Books, 2000.
- LIST, G. F. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LOPES, H. C. *Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North*. Rev. Econ. Polit. vol.33 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2013.
- MÁXIMO, M. M. A. *A Guerra dos Métodos: A visão da Escola Histórica Alemã*. XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010.
- MONASTÉRIO, L. *Guia para Veblen: Um Estudo Acerca da Economia Evolucionária*. Pelotas: EDUFPEL, 1998.

- MORSE, R. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MYRDAL, G. *Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations*. New York: Pantheon, 1968.
- NORTH, D.; THOMAS, R. *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- NORTH, D. *Understanding the process of economic change*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.
- NORTH, D. *The Role of Institutions in Economic Development: Gunnar Myrdal Lecture*. United Nations Publications, 2003.
- NORTH, D. *Institutions, institutional change, and economic performance – political economy of institutions and decisions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PAZ, O. *El Ogro Filantrópico*. México: Joaquín Mortiz, 1979.
- PEUKERT, H. *The Schmoller Renaissance*. History of Political Economy, Vol.33, nº1, Spring, pp.71-116, 2001.
- PUTNAM, R. D. *Making Democracy Work*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- RANGEL, C. *The Latin Americans: Their Love-Hate Relationship with the United States*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1977.
- RIHA, T. J. *German Political Economy: The History of an Alternative Economics*. International Journal of Social Economics, Vol.12, Nºs 3,4 e 5, pp.2-248, 1985.
- RINGER, F. K. *A Metodologia de Max Weber: Unificação das Ciências Culturais e Sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SCHUMPETER, J. A. *History of Economic Analysis*. Nova Iorque, Routledge, 1987.
- SHIONOYA, Y. *The Soul of the German Historical School: methodological essays on Schmoller, Weber and Schumpeter*. Boston: Springer, 2005.
- SIMÕES, A. *Instituições e desenvolvimento econômico: os contrastes entre as visões da Nova Economia Institucional (NEI) e dos neoinstitucionalistas*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 33-54, jun. 2014.
- SOMBART, W. *El Apogeo del Capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- STREISSLER, E.; MILFORD, K. *Theoretical and Methodological Positions of German Economics in the Middle of the Nineteenth Century*. History of Economic Ideas, v. 1/2 n. 3/1, pp. 43 – 79, 1993.
- TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1987.
- TRIBE, Keith. *Strategies of Economic Order: German Economic Discourse 1750-1950*. Cambridge University Press, 2007.
- VEBLEN, T. Por que a Economia não é uma ciência evolucionária? In.: SALLES, A. O. T; PESSALI, H. F.; FERNÁNDEZ, R. G. *Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- VEBLEN, T. *A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.